

Aspectos do problema da organização da pesquisa científica em Portugal

Carlos Fernando Torre de Assunção
Professor de Faculdade de Ciências de Lisboa

A importância da pesquisa científica na vida e no progresso da humanidade é coisa que não precisa de ser demonstrada, mormente quando se tratar de um país como Portugal, pobre de quadros científicos e oferecendo ainda marcas indiscutíveis de país sub-desenvolvido.

Por sua vez, e como já tivemos ocasião de referir publicamente (*), são necessariamente muito íntimas as relações entre a pesquisa científica e o ensino superior.

Propomo-nos tratar aqui, embora com todas as restrições decorrentes dos limites de um simples artigo e de outras circunstâncias conhecidas, alguns aspectos dos complexos problemas do ensino superior e da investigação científica em Portugal.

Retomaremos afinal opiniões já do conhecimento geral, mas que convirá, em todas as oportunidades, repetir, ainda que correndo o risco de certas afirmações poderem parecer por demais evidentes para que mereçam ser novamente referidas.

O nó da questão está no facto incontroverso de que por mais justificadas que sejam essas afirmações, nem por isso, na sua quase totalidade, elas se traduziram ainda por realidades no quadro nacional.

A pesquisa científica não pode obviamente considerar-se como desempenhando o papel

que lhe compete se não dispuser de quadros capazes, apetrechamento suficiente e uma orgânica apropriada.

Não bastam portanto algumas competências e devoções e alguns centros científicos isolados, e mais ou menos apetrechados, para que se possa concluir que exista uma investigação organizada, trabalhando com o devido rendimento.

*

* *

Vejamos em primeiro lugar o que surge quando se aborda o problema da formação dos quadros científicos.

A base do recrutamento de tais quadros não pode deixar de estar ligada à Universidade. O papel da Universidade é fundamental dado que ela tem de fornecer a preparação científica indispensável aos seus diplomados, e de os seleccionar, com vista a constituir quadros de pesquisa devidamente qualificados.

A preparação desses investigadores terá, em muitos casos, que ser completada por uma especialização post-universitária. Mas os «curricula» dos cursos superiores deveriam compreender um ciclo final que permita já uma especialização definida. Para isso teríamos que refundir e ampliar a orgânica actual, criando um largo elenco de cadeiras especializadas, em parte em regime de opção.

(*) «Vertice», Vol. V, n.º 55, 1948.

O assunto foi, até certo ponto, debatido quando há cerca de dois anos se anunciou a preparação de uma reforma das Faculdades de Ciências.

Agremiações científicas, como a Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais e a Sociedade Portuguesa de Física e Química, dirigiram aos poderes constituídos exposições onde se apresentavam as bases aprovadas em assembleias daquelas sociedades. A ampliação das licenciaturas para cinco anos, a existência de três fases ou ciclos, o carácter nitidamente especializado do último ciclo (preenchido exclusivamente com cadeiras de opção e estágios), o semestre como unidade lectiva, um ensino prático e eficiente (com redução substancial do número de alunos de cada turma de trabalhos práticos), a criação de uma tese final de licenciatura (normalmente baseada nos estágios do licenciado), eis os tópicos mais importantes no que tocava ao planeamento das licenciaturas.

Prevía-se, por sua vez, o estabelecimento de uma remuneração (pré-salário) para os alunos estagiários. Mas aquele planeamento estaria dependente de uma remodelação profunda dos corpos docentes, quer quanto ao alargamento dos quadros actuais, quer no tocante ao seu recrutamento. Na base deste estaria um corpo de doutorados, suficientemente amplo e convenientemente especializado.

Para tal haveria que considerar o doutoramento como uma prova demonstradora da capacidade investigadora do candidato. A tese seria então a peça fundamental do doutoramento, enquanto que as qualidades didáticas seriam principalmente apreciadas, mais tarde, nas provas do concurso para professor agregado.

A elaboração das teses teria lugar, normalmente, em centros científicos onde o trabalho do doutorando seria devidamente acompanhado por entidades competentes. Assim se evitaria que muitas dessas teses

viesses a ser apreciadas mediante uma simples leitura, por pessoas que não acompanharam a sua realização e que, por vezes, nem o candidato conhecem. A discussão pública da tese não seria um acto essencial, como ainda hoje se considera e poderia nem sequer se fazer, tudo se limitando a um relatório, sobre o trabalho realizado, subscrito por especialistas na matéria versada, entre os quais estariam obrigatoriamente os que o seguiram e orientaram.

É certo que doutoramentos deste tipo já hoje, em parte, se podem realizar, dada a relativa flexibilidade das disposições legais, mas ainda se considera possível que o candidato prepare uma tese fechado na sua meditação, sem estar, portanto, integrado num centro científico.

A segunda prova da carreira universitária seria a de agregação que teria carácter predominantemente didático.

O recrutamento dos professores extraordinários e catedráticos seria feito, normalmente, entre os agregados, mediante concurso documental, baseado, em larga medida no «curriculum» científico.

A criação de um amplo elenco de disciplinas, incluindo o maior número possível de cadeiras de opção, só teria sentido se se dispusesse de entidades competentes em cada caso.

Por isso se defendia a ampliação dos actuais quadros, a melhoria das condições de trabalho científico dos docentes, o regime de tempo integral para os professores universitários e o recurso a personalidades especializadas extra-universitários para a regência de determinadas disciplinas.

Haveria também que renunciar à ideia de que as cadeiras que existam numa Faculdade tenham necessariamente de existir nas restantes Faculdades congéneres. Certas disciplinas especializadas deveriam apenas ser professadas numa Faculdade, desde que não houvesse no país, mais do que um especia-

lista para as ensinar. O semestre, como unidade lectiva, permitiria aliás, que essas regências podessem ter lugar em duas Universidades, uma vez que ambas dispusessem das instalações de ensino necessárias.

*

* *

Um planeamento realizado à escala nacional é naturalmente condição indispensável para a organização da pesquisa científica entre nós. Tal planeamento, baseado no resultado de inquéritos já realizados, ou a realizar, respeitantes aos grandes problemas nacionais, incluiria a escolha de um corpo de diplomados a enviar para bons centros científicos estrangeiros, ou para os nacionais que porventura já tenham dado provas cabais de um bom rendimento científico. Deste modo se evitaria a dispersão e descoordenação que se tem verificado na distribuição das bolsas para trabalho científico.

Por outro lado haveria que proceder a um inquérito minucioso quanto às existências de apetrechamento científico no país.

É bem sabido que variados serviços do Estado, e com frequência para-estatais, têm adquirido, em muitos casos sem objectivos bem definidos, material de interesse para trabalhos de pesquisa ou de simples rotina.

Tais aquisições, favorecidas pelas possibilidades financeiras dos organismos em questão, nem sempre recebem a correspondente utilização, por falta de um plano de trabalho devidamente elaborado e de pessoal especializado. Acontece, então, que aparelhos, por vezes de elevado custo, passam a constituir simples recheio de armários, apenas para observação dos visitantes e acabam por se inutilizar, por falta de uso e de conservação.

Isto leva-nos a tocar num ponto delicado na nossa vida científica mas que não se deve deixar na sombra: a diferença que existe entre uma autêntica actividade científica e

técnica e um bom número de manifestações de superfície, quantas vezes documentadas por boletins e revistas, com esplendida apresentação, mas cujo valor científico nem sempre corresponde ao luxo das respectivas edições.

Temos até a impressão de que padecemos de um mal que se traduz por um número excessivo de publicações periódicas, versando, por vezes, domínios afins, quando conviria concentrar os resultados da actividade científica nacional num número limitado de revistas de incontestável craveira.

Em face das conclusões do inquérito respeitante às existências nacionais de material de utilidade na pesquisa, seria então possível estabelecer uma lista dos apetrechamentos a adquirir para os centros científicos actuais e para outros a criar.

O número e a natureza de todos esses centros dependeria, evidentemente do planeamento sobre a organização da pesquisa científica nacional.

Em princípio dever-se-iam considerar, além dos centros directamente ligados às Universidades, centros estatais extra-universitários e contar ainda com a colaboração de centros dependentes de importantes empresas privadas e daqueles que fossem criados e mantidos pelas grandes Fundações. Um organismo central deveria coordenar e orientar a actividade de todos aqueles centros, indicando, concretamente, os problemas nacionais de maior magnitude sobre os quais conviria que incidisse a investigação.

Em relação com o que fica dito, haveria que reagir contra a tendência actual de se criarem organismos com objectivos de pesquisa pura ou aplicada, inteiramente desarticulados, dependentes de diversos serviços do Estado e, com frequência, concorrentes sob vários aspectos, como no que respeita ao recrutamento do pessoal.

Tem-se chegado ao ponto de o Estado fazer concorrência a si próprio. A este pro-

pósito é lamentável o que se passa com o recrutamento dos assistentes universitários. De facto, as Universidades vêm os seus diplomados de maior categoria serem solicitados por situações mais favoráveis em outros serviços do Estado.

*
* * *

Os problemas, dos quais temos tentado focar alguns aspectos nas linhas precedentes, devem merecer uma atenção cada vez maior em particular por parte daqueles que, de algum modo, estejam ligados à vida cultural e económica do país.

À acção do Estado conviria que se associasse a iniciativa privada, quer das empresas industriais, agrícolas e comerciais, quer de organizações de âmbito mais desinteressado.

Não desejaríamos terminar sem aludir à recente criação da Sociedade Cooperativa «Diálogo» que conta entre os seus objectivos contribuir para o planeamento e incremento da investigação científica em Portugal, criar, organizar e dirigir núcleos de investigação, estabelecer contactos com organizações nacio-

nais e estrangeiras com vista à colaboração científica e ao intercâmbio de investigadores, produzir e divulgar obras científicas e adquirir e construir material destinado à investigação, a fornecer aos núcleos criados pela Sociedade ou aos respectivos sócios.

«Diálogo» propõe-se ainda organizar congressos e simpósios no âmbito nacional ou internacional, bem como cursos, conferências e outros meios de divulgar e estimular o trabalho científico.

*
* * *

Em problema tão complexo, como é o da organização de uma autêntica pesquisa científica em Portugal, todos os esforços devem ser conduzidos, de uma maneira coordenada, para equacionar devidamente os dados do problema e preparar as necessárias soluções. Para tal se conseguir é indispensável a colaboração de todos os que, de qualquer forma, estejam em posição de para isso contribuir.

Este desígnio pressupõe um debate, o mais amplo possível, que permita a cada um de nós a tomada de consciência que cada vez mais se impõe.